Aula 1 – **Noções Introdutórias das Mudanças na Lei Societária.**

. **1976** – **Promulgada e sancionada a Lei 6.404 – Lei das Sociedades Anônimas.** Nesta época, as determinações da nova lei ocasionaram uma revolução no campo da Contabilidade.

. **1986** – Foi criada a **CVM** (Comissão de Valores Mobiliários) que passou a fiscalizar e a deliberar resoluções, sem ferir a Lei 6.404, as sociedades anônimas de capital aberto.

. **2000** – O Projeto de Lei 3.741 para alteração da Lei 6.404/76 foi enviado ao Congresso Nacional. O projeto de lei determinava alterações na Lei das S.A de artigos que impediam a adoção das algumas das normas internacionais. O mesmo projeto apresentava a figura do CPC e ainda separava a Contabilidade e seus fins: Contabilidade para efeito de levantamento das Demonstrações Financeiras e Contabilidade para fins fiscais.

. **2005** – A Resolução 1.055 do CFC criou o **Comitê de Pronunciamento Contábil** para elaboração de pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações necessárias para toda e qualquer alteração contábil. Este comitê recebeu apoio da CVM, BACEN, SUSEP (Superintendência dos Seguros Privados), SRFB, CNI (Confederação Nacional da Indústria), FEBRABAN (Federação Brasileira dos Bancos) e outros. Depois da criação do CPC, a CVM, por exemplo, passou a emitir suas deliberações e resoluções acatando as determinações, as normas, dos procedimentos aprovados.

 CPC tem como objetivo:

"o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais".

. **2007** – Foi aprovada e editada a **Lei 11.638** que baseada no Projeto de Lei 3.741/00 fez profundas alterações na Lei 6.404, propiciando condições para a **convergência às normas internacionais de contabilidade**. Esta lei deu abertura para que os registros contábeis no imobilizado fossem baseados no **Princípio da Prevalência da Essência sobre a Forma**, ou seja: os bens de uso de uma empresa, mesmo aqueles que não fossem de sua propriedade jurídica, mas que estivessem sob o seu controle e lhe gerassem benefícios e riscos por controlá-los, passavam a ser registrados como Ativos Não Circulante Imobilizados.

. **2009** – A defasagem pela demora na aprovação do Projeto de Lei 3.741/00 fez com que outras alterações fossem necessárias e em 2008 criou-se a **Medida Provisória 449/08**, convertida no ano seguinte na **Lei 11.941**. Esta lei **extinguiu o Ativo Diferido e os Resultados dos Exercícios Futuros** e introduziu na Lei 6.404 o RTT (**Regime Tributário de Transição**). A Contabilidade deixou de ser feita com base nos preceitos da legislação fiscal, a qual nem sempre se baseava em critérios contábeis corretos. Esta determinação já existia no Art. 177 da Lei 6.404/76, embora não fosse aplicado:

“a escrituração deve ser feita seguindo-se os preceitos da Lei das Sociedades por Ações e os princípios de contabilidade geralmente aceitos. Para atender a legislação tributária devem ser adotados regimes auxiliares à parte”.

Com o objetivo de não deixar dúvidas, a Lei 11.941, através do Art. 15, reforça de forma mais específica que os registros contábeis devem atender as normas e procedimentos técnicos contábeis:

“Fica instituído o RTT de apuração do lucro real, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela lei 11.638/07 e pelos artigos 36, 37 e 38 desta lei”.

**Partindo deste contexto, faz-se necessário um estudo sobre a estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis com base nas alterações ocorridas na Lei 6.404/76 a partir de 2007.**

**CPC 00 – O Pronunciamento Conceitual Básico: Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis: Noções.**

As demonstrações contábeis são preparadas para os usuários externos em geral e os usuários internos (governos, autoridades fiscais, credores por empréstimos, sindicatos, administradores, acionistas, investidores, fornecedores, empregados, clientes, credores comerciais e outros). São levantadas com o objetivo de fornecer informações que sejam úteis ao processo de tomada de decisões.

**Objetivo das Demonstrações Contábeis**: fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações para tomada de decisões econômicas.

**Posição Patrimonial e Financeira:** refere-se ao posicionamento da empresa num dado momento e esta é fornecida principalmente pelo Balanço Patrimonial. Entretanto, é através do resultado econômico, apresentado pela Demonstração de Resultado do Exercício que identificamos as alterações ocorridas na posição patrimonial de uma entidade. No que tange as modificações na posição financeira, as alterações aparecem na Demonstração de Fluxos de Caixa ou ainda na Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos (Esta deixou de ser uma demonstração obrigatória de ser apresentada). Para compreender perfeitamente as variações ocorridas no patrimônio líquido de uma empresa, faz necessário o levantamento da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, relatório de extrema importância para os acionistas. Não basta efetuar o levantamento do BP, DRE, DFC e DMPL para que as informações se tornem claras ao usuário externo, por este motivo, as notas explicativas são parte integrante das exigências legais.

**Pressupostos Básicos para o Levantamento das Demonstrações Contábeis**

**Regime de Competência** – Receitas e despesas devem ser registradas como tais no ato do fato gerador, independentemente do encaixe ou do desembolso. Receitas devem ser contabilizadas quando resultam em um acréscimo nos benefícios econômicos futuros provenientes do aumento de um ativo ou da diminuição de um passivo. As despesas devem ser contabilizadas quando surgir um decréscimo nos benefícios econômicos futuros provenientes da diminuição do ativo ou acréscimo de passivo e ainda quando um gasto efetuado na forma de investimento não produzir ou deixar de produzir benefícios econômicos futuros. A confrontação para efeito de levantamento do resultado econômico deve ser feita entre receitas e despesas que resultem diretamente das mesmas transações.

**Continuidade** – As demonstrações contábeis devem ser levantadas no pressuposto de que a entidade continuará em operação por tempo indeterminado, não tendo a intenção de entrar em liquidação.

**Características Qualitativas das Demonstrações Contábeis**

São os atributos que tornam as demonstrações úteis aos usuários.

1. Compreensibilidade – Precisam ser as demonstrações contábeis entendidas pelos usuários, logo os usuários precisarão ter um conhecimento razoável dos negócios e da contabilidade.
2. Relevância – Informação são relevantes quando influenciam o processo de tomada de decisão econômica e ajudam nas previsões futuras a serem feitas. A relevância das informações pode ser afetada pela sua **natureza** e **materialidade**.
3. Confiabilidade – Para ser útil a informação precisa ser confiável, deve estar livre de erros e **representação adequada,** ou seja, deve representar aquilo que de fato ela representa. Deve ser contabilizada e apresentada de acordo com a sua substância e realidade econômica, e não meramente sua forma legal (**Primazia da Essência sobre a Forma**). Para ser confiável, a informação registrada precisa ser **neutra (neutralidade), imparcial (imparcialidade)**, não deve induzir a tomada de decisão ou a um processo de julgamento. Deve haver **prudência**, precaução no exercício dos julgamentos necessários às estimativas, ativos e receitas não devem ser superestimados enquanto passivos e despesas subestimados. A informação para ser confiável precisa ser **íntegra** **(integridade)**, não podem ocorrer omissões e nem distorções.
4. Comparabilidade – Os usuários devem conseguir comparar as demonstrações contábeis de uma entidade ao longo do tempo, a fim de identificarem tendências sobre a situação patrimonial e financeira.

**Elementos das Demonstrações Contábeis**

Elementos diretamente relacionados com a mensuração da posição patrimonial financeira:

* 1. **Ativo** – é um recurso controlado pela entidade com resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem futuros **benefícios econômicos** para a entidade;
  2. **Passivo** – é uma obrigação presente da entidade derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos capazes de gerar **benefícios econômicos**;
  3. **Patrimônio Líquido** – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos;
  4. **Receitas** – são aumentos nos **benefícios econômicos** durante o período contábil sob a forma de entrada de recursos ou aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de aporte dos proprietários da entidade;
  5. **Despesas** – são decréscimos nos **benefícios econômicos** durante o período contábil sob a forma de saída de recursos ou redução de ativos ou incrementos em passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido e que não sejam provenientes de distribuição aos proprietários da entidade.

OBS: Para que um elemento faça parte do Balanço ou da Demonstração de Resultado, é necessário que ele satisfaça os critérios de reconhecimento determinados acima.

Bibliografia Utilizada

IUDÍCIBUS, Sérgio e outros. **Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades de acordo com as normais internacionais do CPC.** FIPECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, FEA/USP. São Paulo: Atlas, 2010.

**Comitê de Pronunciamento Contábil** – site oficial: <http://www.cpc.org.br/oque.htm> - Visitado em 13/08/2013